

O Massacre de Mueda Recontado: A 'Questão do Retorno' na Inteligência Colonial Portuguesa

Traduzido de: The Mueda Massacre Retold: The 'Matter of Return' in Portuguese Colonial Intelligence

Paolo Israel

Journal of Southern African Studies

Precisa citar este papel?

Receba a citação nos estilos
MLA, APA ou Chicago

Quer mais papéis como este?

Faça o download de um pacote PDF de artigos
relacionados

Pesquise no catálogo de 40 milhões de artigos
gratuitos da Academia

O Massacre de Mueda Recontado: A 'Questão do Retorno' na Inteligência Colonial Portuguesa

Paolo Israel

Journal of Southern African Studies

[Original Paper](#) 

Abstrato

Em 1959, o cônsul português em Dar es Salaam recebeu um pedido por escrito para o regresso colectivo dos migrantes macondes ao norte de Moçambique. Este pedido foi então feito pessoalmente por dirigentes de associações de entreajuda ao administrador da pequena vila de Mueda, dando início a um incidente que culminaria no infame massacre de 16 de Junho de 1960. As origens daquele acontecimento foram enterradas tanto pelos portugueses vontade de negar a violência e pela narrativa heroica propagada pelo movimento de libertação nacional. Este artigo investiga os registos que a inteligência colonial reuniu em torno do aumento da subversão no distrito de Makonde. Seu objetivo é produzir uma representação mais complexa da trajetória que levou do próprio pedido à repressão violenta. Os relatórios de inteligência produzidos no calor dos acontecimentos oferecem uma oportunidade para abrir a narrativa do evento Mueda, para vê-lo não como o ponto de partida de uma teleologia de libertação nacional, mas como um momento de incerteza e possibilidade gerada por planos provisórios de uma federação de estados independentes da África Oriental e pelas tensões raciais inerentes à transição para a independência de Tanganyikan, e influenciada em seu desdobramento pela iniciativa individual, ambição, conflitos de liderança, aventureirismo, covardia e acaso.

Um começo mal arquivado

Em algum momento do início de março de 1959, o cônsul português em Dar es Salaam recebeu uma carta escrita à mão por quatro migrantes vindos do território vizinho de

Moçambique:

Recordamos que na data de 27 de Fevereiro de 1959 tínhamos vindo na vossa presença para pedir que o governo português tivesse muita compaixão de nós que vivemos aqui em Tanganica, porque continuamos a sofrer e todos nós Macondes gostaríamos de regressar ao nosso terra natal, mas vimos que sem o esforço do Governo isso é impossível e pedimos ao nosso Governo Português que nos ajudasse com os seguintes favores: 1) Gostaríamos de nos amar em todo o nosso país. Porque sem nos amarmos não haveria esforço para regressar ao nosso País. 2) Porque ouvimos que o nosso Consulado procurava uma forma de fazer regressar todos os macondes a Moçambique, mas o governo inglês não concordou porque sabe muito bem que são os macondes que enriquecem o país de Tanganica e nós desejamos que nós próprios fariamos o esforço de regressar de Tanganyika, porque onde o Governo Português concordasse com o nosso pedido resultaria num esforço mais forte para regressarmos todos ao nosso País. 3) Ficaríamos gratos se o Governo concordasse com todos os nossos pedidos, para nos dar permissão para construir um albergue em Moçambique e todos os macondes que voltassem de Tanganica fossem primeiro lá para receber uma pequena nota e se arrependem de [sic] nunca mais voltar para Tanganica. Este é o antiveneno de que precisamos. E pedimos com grande favor ao Governo que ponha fim a todos esses sofrimentos, se o Governo nos der força, estamos todos prontos para voltar de Tanganica. Porque muitos moçambicanos julgam que em Tanganica há algum conforto mas não há; toda a terra está cheia de misérias.

Ficaríamos gratos se todos os nossos apelos fossem atendidos. Saudações e agradecimentos. Aqueles que fundaram estas palavras são:

A carta foi devidamente encaminhada ao cônsul-chefe em Nairóbi, que por sua vez transmitiu uma cópia ao Ministério das Relações Exteriores, prefaciada por um comentário detalhado. 2 Por um golpe do destino, a missiva original não foi parar nas volumosas pastas que uma unidade de inteligência inexperiente, o Centro de Informações, reuniu para monitorar a crescente agitação na esquadra de Makonde ('Circumscrição dos Macondes') paradoxalmente, porque articulou pela primeira vez o pedido que desencadeou os acontecimentos do que veio a ser chamado de massacre de Mueda. A carta pode mesmo ser considerada o ponto de partida da luta de libertação moçambicana.

Razões para voltar

A história do massacre de Mueda foi amplamente contada pelas vozes das vítimas que se tornaram vitoriosas. A partir do final dos anos 1960, os sobreviventes que alcançaram os escalões superiores do movimento de libertação começaram a recontá-lo de acordo com um molde que mais tarde seria corroborado e reforçado pelos depoimentos de testemunhas oculares entregues às brigadas de pesquisa a partir de 1977, até se solidificar em uma

narrativa oficial. Inspirados pelos ventos de mudança do final dos anos 1950 e pela próxima independência de Tanganica, a história continua. Enviados de organizações de ajuda mútua a migrantes macondes viajaram a Moçambique para exigir a independência de seu país. 3 Bateram à porta da remota administração nortenha de Mueda e pediram para serem recebidos e ouvidos para o efeito. Os dois primeiros grupos foram açoitados e presos, não o terceiro. Incapaz de responder à demanda, o administrador mandou chamar o governador provincial, que convocou uma reunião pública em 16 de junho de 1960. Milhares lotaram Mueda de aldeias distantes e próximas para ouvir o resultado, carregando cartazes com a palavra 'uhuru': liberdade, independência. 4 Dois líderes migrantes, Faustino Vannomba e Mateus 'Shibiliti' Waduvani, foram convocados para uma longa discussão no interior do edifício da administração. 5 Chuva ocasional da estação seca caiu. Por fim, o governador saiu, falou mal dos dois, prometeu melhores preços de compra dos produtos agrícolas e lembrou ao povo que afinal eram portugueses. A multidão vaiou e se recusou a ficar em posição de sentido para a bandeira colonial. Algemados, Vannomba e Shibiliti foram conduzidos a um jipe para serem levados, e esse foi o ponto crítico: o jipe foi retido, lama e pedras arremessadas, e um velho tentou esfaquear o governador, que ordenou que as tropas atirassem. As mortes que se seguiram despertaram a consciência política de uma geração, que compreendeu a inevitabilidade da luta armada e a necessidade da unidade política. Os acontecimentos de Mueda foram inscritos como momento fundacional da narrativa de libertação nacional através de diversos meios memoriais: canções, uma peça de teatro, uma longa-metragem, uma rua titular da capital, festas e invocação frequente por escrito e oral. 6 João Paulo Borges Coelho observou perspicazmente que o 'roteiro' aproveitado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) para reforçar a sua legitimidade histórica é inerentemente oral, para permitir revisões periódicas de acordo com as exigências políticas do presente. 7 De fato, uma leitura atenta das várias versões oficiais e semioficiais dos eventos de Mueda, desde as impressões juvenis de Alberto Chipande em 1969 até as memórias de Raimundo Pachinuapa de 2010, revela uma miríade de detalhes mutáveis e conflitantes. As organizações a que pertencem os líderes migrantes, seus objetivos e relações mútuas, a identidade de alguns dos líderes, especialmente mulheres, as demandas dirigidas ao administrador e ao governador, as expectativas e comportamentos das multidões: nada disso, muito menos o caleidoscópio das circunstâncias individuais, permanecem estáveis. O boato e o ocultismo apimentam até os testemunhos mais letrados. Uma genealogia dessa narrativa oficial ainda não foi traçada, mas uma tarefa mais urgente está em mãos: fornecer uma leitura crítica do arquivo construído pela contrainsurgência colonial no calor do momento. 8 Como resposta à ameaça da onda de independência que varreu a África, foi criado um Centro de Informação em 1958, transformado três anos depois em Serviços de Centralização da Comunicação e Informação de Moçambique (SCCIM). 9 Mais do que a famigerada polícia política (Polícia Internacional e de Defesa do Estado -PIDE), o Centro ficaria encarregado de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos de Mueda, sob a chefia de um ex-funcionário da prefeitura de Lourenço Marques, Afonso Henriques Ivens Ferraz de Freitas, conhecido na capital por sua crueldade. 10 Ferraz de Freitas deixou

um rico arquivo, que oferece uma oportunidade única para reconstruir tanto a história do evento quanto os modos de vigilância colonial. 5 Uso, sempre que possível, a grafia correta dos nomes Shimakonde, ao invés dos coloniais, porque os nomes têm significado quando pronunciados corretamente. Nesse caso, Vannomba significa 'eles se casam com ela' (presumivelmente, o nome de um ancestral acostumado a mudar de marido); Waduvani, 'de quando'. Shibiliti (Kibiriti em Kiswahili) é um apelido, que significa 'palito de fósforo'. 6 Rastreei a memória musical do massacre em P. Israel As quatro pastas volumosas, desarrumadas e cheias de cópias múltiplas, encontram um ponto de ancoragem no 'pedido de retorno' dirigido ao governo colonial de várias formas por diferentes grupos de migrantes. 11 A princípio, o governo colonial avaliou isso como um fundamento de boa-fé, depois com cada vez mais desconfiança à medida que os eventos se agravavam. Quando a poeira baixou sobre os mortos de Mueda, a saga do regresso dos macondes foi praticamente enterrada no silêncio. Os portugueses fingiram que o massacre nunca ocorreu. Os líderes nacionalistas tiveram pouco interesse em reconstruir sua origem, preferindo uma versão heróica. 12 Além de uma intervenção revisionista superficial do historiador Michel Cahen, que alegou que Vannomba e Shibiliti trabalharam em harmonia com os portugueses e não tinham tendências nacionalistas, a 'questão do retorno' foi, em grande parte, apagada da história e da memória coletiva do evento que gerou. 13 O arquivo reunido por Ferraz de Freitas oferece uma oportunidade inestimável para 'abrir a fábula' do massacre de Mueda e reconstruir o percurso que o levou desde o pedido de regresso à repressão violenta. 14 Estabelecido no calor do momento, o registro de inteligência tem a vantagem do imediatismo. Indecisões e incertezas surgem em grande relevo, colocando em primeiro plano a indeterminação no centro do evento. No entanto, este também é um arquivo de contra-insurgência, paranóia e raça - uma ferramenta de guerra em vez de conhecimento. 15 Eu o abordo aqui com sensibilidade tanto para a polifonia quanto para os rastros que múltiplas vozes deixaram no tecido do texto e do ritmo repressivos, para o desdobramento febril e sincopado de ações e dúvidas e suspeitas e encontros perdidos, ao mesmo tempo em que ouço as questões maiores que ainda imploram por uma resposta : porque é que os dirigentes das associações de entreatajuda fizeram lobby para o regresso massivo dos migrantes macondes a Mueda? Por que foram ouvidos pela administração colonial? Como o pedido produziu o evento que conhecemos como o massacre de Mueda? Como surgiu uma narrativa pública do massacre?

Antropologias Aplicadas

Quando chegou à secretária do cônsul português em Dar es Salaam, Caetano Martins, um pedido por escrito para o regresso dos migrantes macondes a Mueda, os macondes já eram um problema para a administração colonial há algum tempo. O problema manifestou-se em duas frentes, que, na mente dos oficiais coloniais, estavam intimamente ligadas: o surgimento de cooperativas de produção de algodão lideradas por Lázaro Nkavandame em Mueda e de organizações de ajuda mútua entre migrantes em Tanganica.

Ferraz de Freitas forneceu a primeira análise das duas ameaças entrelaçadas num extenso relatório secreto dirigido ao governador-geral, que sistematizou, resumiu e comentou as comunicações disponíveis da administração de Mueda e do 11 Os documentos podem ser agrupados em cinco categorias: comunicações entre os escalões administrativos (telegramas, missivas secretas e confidenciais); relatórios; correspondência (incluindo cartas interceptadas); Recortes de imprensa; diversos itens. Cada peça é conectada à outra por meio de codificação, para formar uma teia burocrática que é tão meticulosamente intertextual quanto lacunar. 12 O regresso dos migrantes é, no entanto, brevemente referido na entrevista de Alberto Chipande a Sol de Carvalho, disponível em <https://www.aluka.org/stable/10.5555/al.sff.document.machel0004>, consultada a 1 de maio de 2020. 13 M. Cahen, 'O Caso Mueda e a Etnicidade Política Makonde: Algumas Notas de um Trabalho em Andamento', *Africana Studia*, 2 (1999), pp. 29-46. A peça não referenciada de Cahen é marcada por várias imprecisões factuais, como afirmar que dois grupos de sete pessoas chegaram a Mueda em vez de um, e confundir as datas de suas visitas. Espero que o presente artigo ponha fim à alegação de que Vannomba e Shibiliti eram colaboradores de boa-fé dos portugueses. 14 J.P. Borges Coelho, 'Abrir a f abula: Questões da política do passado em Moçambique', *Revista Cr itica de Ciências Sociais*, 106 (2015), pp. o dilema de como ler arquivos repressivos. Acho mais produtivo envolver-me com as possibilidades narrativas latentes no arquivo, para o que ver S. Amin, *Event, Metaphor, Memory* (Berkeley, University of California Press, 1995).

consulados. 16 De acordo com a sua reconstrução, a principal associação de migrantes era a Tanganyika Makonde Mozambique Union (TMMU), fundada em Dar es Salaam em Outubro de 1958. À primeira vista, os estatutos e objectivos da associação pareciam inofensivos: promover a educação; prover apoio mútuo, especialmente no caso de funerais; preservar os costumes e a cultura tribais. A cada um deles Freitas aplicou uma contundente leitura política: a educação era um caminho para a emancipação política; apoio mútuo, um estratagema para capturar a 'mentalidade primitiva' das massas; a valorização do costume ancestral, uma máscara de negritude, a filosofia mais perniciosa expressa pelo florescente nacionalismo africano. A TMMU parecia defender uma forma de pan-africanismo, "a tribo como instituição política devendo ser excluída". 17 No geral, Freitas concordava com a leitura do cônsul de Nairóbi, que havia escrito no comentário que acompanhava a carta que os 'motivos reais... do nacionalismo africano'. 18 Ao contrário do cônsul, Ferraz de Freitas não conseguiu detectar explicitamente uma influência comunista, mas então era 'público e conhecido de todos que o comunismo pretendia fazer progresso em África', e que o nacionalismo africano usava todos os meios ideológicos para a sua fim. 19 O que fazer com o pedido de regresso em massa dos migrantes macondes, dirigido primeiro pessoalmente por membros do TMMU e depois por escrito por um grupo que se autodenominava dissidente? Ferraz de Freitas estimou os "nativos" portugueses que emigraram ilegalmente para Tanganica, principalmente para encontrar trabalho em plantações de sisal, em mais de 8.000. A administração de Mueda trabalhou para facilitar seu retorno individual nos três anos

anteriores. Quando "colocado coletivamente", no entanto, o pedido deveria ser tratado com extrema desconfiança. O cônsul de Nairobi estava convicto de que seria um cavalo de Tróia para a entrada de agentes 'formados no espírito extremista' dos partidos nacionalistas, 'um pretexto para fazer campanha contra os maus-tratos que os negros sofrem em Moçambique'. 20 A linguagem da missiva do grupo dissidente era particularmente suspeita. Como 'antiveneno', eles pretendiam estabelecer um albergue e controlar o movimento de migrantes. O que isso pode implicar? 'Talvez esta seja a história do avestruz que, escondendo a cabeça atrás de uma pequena pedra, acredita estar totalmente escondido'. 21 Um fator crucial para avaliar o mérito e o significado do pedido de retorno foi a extensa agenda política de Julius Nyerere. Correu em Cabo Delgado o boato de que, assim que Nyerere tomasse o poder, ele anexaria o distrito até o rio Messalo talvez até o Lúrio e expulsaria os portugueses. O boato acabou não sendo infundado. Primeiro foi confirmado pelo administrador de Mueda, cujos informantes relataram que Nyerere teria ido pessoalmente ao Lurio para marcá-lo como fronteira. Então a rádio de Dar es Salaam anunciou que Nyerere havia enviado 'emissários' para fazer propaganda até o Lurio. 22 Finalmente, um espião relatou um mapa, apresentado na Conferência de Todos os Povos de Acra de 1958, delineando o projeto de uma federação de Malawi, que incluiria Tanganyika, Nyasaland e todo o norte de Moçambique até o Lurio. 23 O caso era sério, muito sério.

Freitas recomendou o máximo cuidado. A 'conclusão inabalável' a ser alcançada era que o nacionalismo Tanganyikan havia saltado sobre o Rovuma. O regresso de migrantes clandestinos deve ser incentivado apenas em pequenos grupos, a expensas do próprio migrante e mediante prova da nacionalidade portuguesa. Entretanto, devem ser procuradas mais informações sobre as associações de migrantes.

Alguns meses depois, o antropólogo Jorge Dias entregou um relatório sobre uma breve visita ao sul de Tanganica. 24 A conta de Dias sobre o número de migrantes, baseada num censo britânico, era de uma magnitude totalmente diferente: 27.489 Makonde um quarto dos que vivem em Moçambique -95.464 Makua e 126.741 Yao. 25 Dias ofereceu uma interpretação etnologicamente influenciada da ameaça representada pelo TMMU. Ao contrário da rejeição de Freitas da política tribal, ele viu a possibilidade de uma federação transfronteiriça de Moçambique e Tanganyikan Makonde - que ele considerava serem grupos relacionados, mas separados - para criar uma 'entidade etnopolítica' semelhante aos Bakongo através das fronteiras de Angola e Congo. Com base em conversas com missionários, ele julgou que o verdadeiro objetivo do TMMU, sob a liderança de um carpinteiro católico carismático, era combater o Islã. Os riscos envolvidos eram dois: que a associação acabasse sendo infiltrada pelo Islã e que fosse usada como uma ponte para o nacionalismo de Tanganyikan. A questão do retorno ele avaliou com tanta desconfiança quanto Ferraz de Freitas:

[a] que finalidade uma comissão apresentaria esse pedido ao Cônsul? Para

simplesmente testar as águas e ver a reação do Cônsul? Pretendem entrar em massa e fazer uma demonstração de força em Moçambique? Tudo é possível, mas é certo que estamos diante de uma ameaça que com o tempo se tornará cada vez mais perigosa. 26 As incertezas dos dois analistas coloniais mais bem posicionados para compreender a situação em Cabo Delgado derivavam não apenas da falta de informação ou do secretismo dos seus súbditos. Eles também refletiam a abertura política do momento do final dos anos 1950, quando a imaginação do futuro pós-colonial não era totalmente moldada por fronteiras estabelecidas ou pelo conceito de Estado-nação. 27 A menção recorrente do espectro do Congo Belga, dilacerado por forças centrípetas ao se apressar para a independência contra a vontade do mestre, é reveladora. Algo estava prestes a acontecer, mas o quê? Ninguém sabia ao certo se o TMMU representava uma ameaça étnica, nacionalista, pan-africana ou religiosa, ou se o pedido de retorno era uma manobra estudada ou um ballon d'essai.

Em meados de Janeiro de 1960, Ferraz de Freitas efectuou uma missão exploratória em Cabo Delgado, durante a qual teve oportunidade de conhecer Lázaro Nkavandame, constatar a inexistência generalizada de qualquer mecanismo de vigilância por parte da administração local e instalar em Mueda o seu subordinado Manuel António Frias como chefe do posto, para recolher informações. 28

Primeiro de muitos

A 6 de Fevereiro de 1960, o primeiro signatário da carta, Faustino Vannomba, chegou a Mueda com salvo-conduto fornecido pelo cônsul de Dar. 29 Vannomba retirou-se imediatamente para a aldeia de seu tio materno, o Nandang'a mais velho. Em 7 de fevereiro, ele participou da missa dominical na missão de Nangololo, onde exortou todas as pessoas interessadas em ouvir sobre os assuntos de Tanganica a se encontrarem com ele na aldeia de Nandang'a. 30 Lá, à noite, ele realizou uma assembléia (banja) 'com a presença de um grande número de nativos'. 31 Um infiltrado relatou queixas contra baixos salários, trabalho compulsório, educação de baixa qualidade (incluindo a do prestigioso colégio missionário de Mariri) e punição física. Vannomba também transmitiu a preocupação dos migrantes macondes em Tanganica 'de serem escravizados pelos suaíli assim que assumissem o poder'. 32 Despediu-se dizendo que, se os portugueses o prendessem, viriam mais para continuar o seu trabalho.

Dois dias depois, em reunião de autoridades nativas por coincidência, o chefe do posto Frias perguntou ao chefe Kapoka, o mais poderoso e temido colaborador do governo colonial, se ele sabia algo sobre um certo Faustino Vannomba, natural de suas terras. Kapoka respondeu que Vannomba tinha chegado uns dias antes e pretendia apresentar-se à administração em Mueda.

Vannomba noticiou a 9 ou 11 de Fevereiro, 'acompanhado por uma quantidade invulgar e

excepcional de pessoas, maioritariamente jovens macondes', um hábito, ou estratégia, que teria uma influência crucial nos acontecimentos de 16 de Junho. 33 Foi recebido pelo administrador Garcia Soares, juntamente com Frias e o enviado provincial Ruy Ribeiro. Vannomba apresentou-se como presidente da Sociedade dos Africanos de Moçambique, que, disse, tinha sede em Dar Es Salaam e era liderada por uma comissão de 12, tinha cerca de 800 membros -500 homens e 300 mulheres e não mantinha nenhum comércio com Nyerere, interessando-se apenas "no bem-estar de seus irmãos de raça". Outra associação menos importante também existia em Dar: TMMU, presidida por Feliciano Shongo' Lipinde. Os dois tinham "objetivos idênticos". Vannomba veio dar seguimento ao pedido, apresentado por escrito ao Cônsul de Portugal, para o regresso em massa dos migrantes Makonde a Mueda. Os migrantes, disse ele, 'queriam voltar porque a terra era deles' e porque temiam maus-tratos na Tanganica independente. 34 Em seguida, apresentou quatro pontos subsidiários: a criação de um grande número de escolas, mesmo que fosse à custa do próprio povo; um aumento de salários, para igualar aos oferecidos em Tanganica; a abolição da combinação de multas e castigos corporais; a abolição da venda forçada de produtos agrícolas. Vannomba mostrou um folheto com os estatutos provisórios da associação; ele não pôde, no entanto, apresentar documentos que provassem que ele havia sido autorizado a discutir os assuntos em questão. 35 A resposta foi uma pancada nos nós dos dedos. O administrador explicou que a questão do retorno era conhecida e discutida em instâncias superiores, sendo de grande magnitude e de difícil solução; que, entretanto, os migrantes ilegais seriam tratados como tal; e que o governo português, não tendo responsabilidade pela migração em massa para Tanganica, não aceitaria nenhuma imposição por parte dos nativos. Enquanto esperava pela resposta, Vannomba não deveria realizar nenhuma reunião ou atividade política não autorizada.

Durante dez dias, Vannomba iludiu a vigilância portuguesa. Em 19 de fevereiro, foi novamente intimado à administração para apresentar seus documentos, o que novamente não fez. Solicitado a explicar sua reunião noturna, Vannomba primeiro negou, depois qualificou seus pronunciamentos públicos como "mais aspirações do que críticas ou reivindicações políticas". 36 O administrador ofereceu-lhe 250 escudos para a viagem de regresso a Dar es Salaam sacados do fundo destinado a pagar a recolha de informações e despediu-se dele, para não regressar a Moçambique a menos que fosse formalmente instruído a fazê-lo.

A 1 de Março foi organizada uma reunião com todas as autoridades nativas de Mueda, na qual foram expostos os resultados das conversações com Vannomba 'com paciência e calma mas com a maior firmeza'. 37 Os caciques foram advertidos de que estariam sujeitos a duras penas, incluindo o internamento, caso acolhissem nativos como Vannomba, que 'ousaram promover agitação e críticas injustas à Administração portuguesa'. À espera de uma deliberação formal do governo central, uma breve resposta de Lourenço Marques encorajou a vontade do administrador de aceitar repatriados apenas em pequenos grupos e

apenas se se «aglomerassem facilmente sem provocar mal-estar nas nossas populações». 38 Estava também em estudo a isenção de impostos individuais em atraso. 39

Suspeitas e Traições

Em 25 de fevereiro, Vannomba recebeu uma carta de seus associados alertando sobre a insatisfação crescente em sua associação rival:

Sr. Vannomba, como vai? Informo que o partido TMMU nos escreveu uma carta a dizer-nos o seguinte: o que estão a fazer aí nas [terras] Makonde não sabemos... Estão descontentes com o Tangazi porque não se encontrou com eles e culpam ele porque trouxemos a associação para os Makonde... Dia 28 vamos ter uma reunião e vamos comunicar as decisões. 40 No dia 12 de março, o jornal Tanganyikan Ngurumo anunciou que, no dia seguinte, seria realizada uma reunião para mudar o nome do TMMU para União Nacional Africana de Moçambique (MANU). 41 A mudança foi percebida pelo cônsul português como uma radicalização perniciosa inspirada no TANU. 42 O cônsul interveio enviando 'setenta 35 Vannomba disse que os documentos foram levados por um irmão de Tanganica que veio depois dele.

Ele então disse que o irmão havia fugido com os documentos, acreditando que ele havia sido preso. fiéis Makonde' das plantações próximas para participar, com a instrução de não intervir, mas apenas esperar e observar. Das 85 pessoas presentes, apenas 50 tiveram permissão para entrar no local estreito.

Três oradores defenderam a mudança de nome. O primeiro, um tal Cosimos, proclamou que era chegada a hora da independência de Moçambique, que se deviam angariar fundos em solidariedade com os seus irmãos angolanos presos e que a União devia enviar um representante junto da ONU, a quem tinha enviado uma carta já enviado a defender a independência de Moçambique. Um segundo orador concordou, acrescentando que o TANU estava pronto para apoiar uma associação em favor da independência. O terceiro orador, Cassamali, exclamou vigorosamente, 'Uhuru por Moçambique!' e disse que Tanganica, Uganda, Zanzibar e o Congo Belga apoiariam o processo. Alguns dos presentes, presumivelmente o enviado do cônsul, disseram aos oradores que 'se desejam a independência devem pedi-la em Moçambique'. 43 Na votação da mudança de nome, a maioria dos infiltrados determinou o resultado: 39 a 11 entre os 50 admitidos. Tanto Vannomba quanto Kibiriti comunicaram em particular ao cônsul sua hostilidade à mudança. É provável que Vannomba estivesse entre os 70 elementos fiéis: o cônsul considerou convocar Shibiliti de Tanga, 'o que não foi necessário porque nesse mesmo dia Faustino Vanomba regressou de Moçambique'. 44 Alarmada com o resultado da reunião, suspeitando de traição da facção rival e insegura do que Vannomba havia discutido em Mueda com a administração portuguesa, a liderança do TMMU despachou seu mais alto representante

para investigar.

Deuszinho

Existem personalidades que atravessam a linguagem monótona da burocracia da inteligência. Assim foi Tiago Mula Mulombe, o herói menos cantado da saga Mueda. Homem na casa dos 40 anos, pai de cinco filhos, ex-catequista e carpinteiro da missão Imbuo, presidente e possivelmente fundador da TMMU, Tiago vivia em Tanganyika e Zanzibar há quase uma década depois de ter sido expulso da missão por mau comportamento. 45 Baixo e atarracado, ele tinha uma presença física ameaçadora para os funcionários coloniais, com suas escarificações faciais, 'tez negra' e 'bigode e cabelos relativamente longos, reminiscentes do tipo de agitador negro que frequentemente aparece na imprensa'. 46 Tiago chegou a Mueda no dia 17 de março e dirigiu-se diretamente à administração, pretendendo saber como Faustino Vannomba tinha sido recebido, porque os dirigentes do TMMU suspeitavam que 'talvez não tivesse tratado os assuntos como lhe fora ordenado'. 47 Como Vannomba, ele expôs a estrutura de sua associação, que, segundo ele, tinha sede em Dar es Salaam, com filiais em Zanzibar, Pemba, Tanga, Mombaça, Máfia e além, e incluía não apenas Makonde, mas também Makua e Yao . Ao contrário de Vannomba, Tiago não mediu palavras. Calma e claramente, ele explicou que todos os membros do TMMU eram afiliados ao TANU, assim como a maioria dos macondes que viviam em Tanganica. Declarou então que a intenção de Nyerere era 'cuidar' do território de Moçambique até ao rio Lúrio assim que ascendesse à presidência. Os membros do TMMU queriam, portanto, 'regressar às suas terras para que, quando Nyerere assumisse o poder, eles governassem os Makonde'. 48 Pediu então descaradamente ao administrador que apoiasse o regresso dos macondes e queixou-se de muitos aspectos da governação colonial: falta de liberdade, impossibilidade de abertura de lojas e venalidade das autoridades nativas e sipaios.

O primeiro instinto do administrador teria sido arrastar Tiago direto para a fronteira, como fizera com Vannomba; no entanto, ele o deixou vagando livremente por alguns dias, para avaliar seu comportamento. Tiago aproveitou de imediato para falar com reclusos e funcionários da administração e visitar os caciques indígenas Mbavala e Dyankali. 'Numa atitude de quase provocação, tomava notas e fazia perguntas publicamente'. 49 Nos dias seguintes, Tiago estaria envolvido em vários outros incidentes alarmantes. Alguns reclusos queixaram-se abertamente dos trabalhos forçados a que eram submetidos, dizendo que 'o Tiago veio e proibiria os castigos corporais e o trabalho gratuito. Em breve a terra Makonde seria deles. 50 Na principal loja formal de Mueda, a Casa China, o próprio Tiago confirmou ter vindo para acabar de imediato com os castigos corporais e o trabalho não remunerado. O dono da loja, Assam Suleman Juma, era informante dos portugueses. Numa visita à aldeia de Mbavala, ouviu pessoas gabarem-se de que 'em breve os brancos iriam lavrar para os negros, porque o Tiago o disse'. 51 Aliás, Tiago era chamado por muitos de 'Pequeno Deus'.

Esses relatórios levaram o administrador do Mueda a uma mudança repentina de opinião. Julgando já estar em curso uma luta pela chefia política, encaminhou Tiago a Porto Amália para ser ouvido pelo governador e solicitou a presença imediata de Ferraz de Freitas. Saindo de Mueda de carro, Tiago saudou o povo, dizendo que aguardassem o seu regresso. Tiago falou pouco com o governador, mas disse ao intérprete que Nyerere tinha instigado todos os africanos em Moçambique a formarem associações e a trazê-los para o território para conseguirem o que a TANU conseguiu.

A preocupação do governo colonial com a visita de Tiago encontrou um eco preciso numa reestruturação do arquivo da inteligência: em 30 de março, foi ordenado que 'toda a correspondência relativa ao regresso dos macondes, TMMU, Vanombe, Lázaro, Tiago e outros' seja reorganizados em um único dossiê. 52 Um olhar unificado era necessário para enfrentar a ameaça crescente.

Conversas amigáveis

Ligeiramente atrasado por uma operação cirúrgica, Ferraz de Freitas partiu para Cabo Delgado no dia 7 de abril. De imediato pôs-se a falar com Tiago, ao longo de dois dias, sem recorrer 'ao interrogatório policial mas sim a uma conversa amável, tendente a criar confiança e a obter uma exteriorização de carácter espontâneo, que, a nosso ver, mais se adequava à circunstância do momento e à mentalidade do nativo que é o Tiago. 53 Tiago aparecia-lhe como 'vivo e insinuante' e 'altamente doutrinado e obcecado pela sua causa'. 54 No segundo dia, Tiago de fato pareceu se abrir mais. As declarações gravadas, divididas pedantemente por Ferraz de Freitas em 52 pontos que preenchem cinco páginas datilografadas, giram em torno das relações entre TMMU e Vannomba e o papel de Nyerere. 55 Tiago sustentou que Vannomba era secretário da sucursal de Tanga do TMMU presidida por um tal 'Kibrite Divane' e que tinha sido enviado para Mueda pela organização. A visita de Tiago, ao contrário, acontecera em segredo, sem o conhecimento de Vannomba. Desde 1959, a direcção do TMMU pretendia mudar o seu nome para União Nacional Africana de Moçambique, que era mais ou menos o mesmo que Sociedade dos Africanos de Moçambique, mas a mudança ainda não tinha sido formalizada. Tiago expôs então detalhadamente os estatutos e a natureza da organização. Entre os objetivos da sociedade, ele citou 'que não deve haver pobres nem ricos. Os ricos devem comprar roupas para quem não tem. Todo mundo deveria ter um carro'. 56 Nyerere foi o principal promotor da 'transferência' do TMMU para o território moçambicano. Embora Tiago nunca tivesse ouvido Nyerere mencionar diretamente o plano de tomar o norte de Moçambique, era de conhecimento geral. No caso da guerra entre Portugal e a Tanganica independente, Tiago calculou que todos ficariam do lado de Nyerere, que era o 'dono da terra' por ser africano, negro e amigo de negros. Por fim, Tiago expôs uma série de reivindicações: multirracismo; eleições; Educação; roupas; livre comércio; redução de impostos; fim dos maus-tratos, trabalho forçado e punição física; melhores preços de compra de produtos agrícolas;

negociações salariais.

Enquanto Tiago estava detido, Ferraz de Freitas deslocou-se a Mueda e organizou uma reunião com os chefes locais. Destes, selecionou Dyankali para um escrutínio mais aprofundado, apesar das indicações do administrador e do relato de Jorge Dias de que era “uma pessoa dura, de quem nada se extrai”. 57 Depois de mais uma conversa amável, Dyankali confessou que Tiago o havia abordado para organizar uma reunião secreta com todas as autoridades nativas. Tiago tinha dito a Dyankali que os chefes eram 'escravos de facto', não como em Tanganica, onde recebiam bons salários e carros, e que deviam reclamar os seus direitos e 'apresentar ao administrador, porque eram os donos da terra [e] o branco era um convidado'. 58 Dyankali havia enviado convite por escrito a alguns de seus colegas, mas a reunião não pôde ser realizada devido à transferência forçada de Tiago para Porto Amália.

No regresso de Mueda a 18 de abril, Ferraz de Freitas contou a Tiago o resultado da conversa com Dyankali. Tiago negou o encontro e permaneceu em silêncio. Quando notificado de sua prisão imediata, ele manteve a calma, 'dando a impressão de que estava pronto para tal eventualidade e que a aceitava'. 59 Pediu apenas que a sua bicicleta fosse entregue a um professor chamado Cornélio da missão de Imbuho, isto é, Cornélio João Mandanda, segundo no comando das cooperativas algodojeiras de Lázaro Nkavandame e futuro grande relator do massacre de Mueda. 60 Isso constitui um vínculo tênue, mas inequívoco, entre o movimento cooperativo e as organizações migrantes. 61 Tiago confiou o casaco ao filho João, também professor. Ao ser informado de que precisaria do casaco por causa do frio, 'limitou-se a dizer que não importava'. 62 A situação colocada pela visita de Tiago foi avaliada através de uma troca de correspondência entre os vários escalões do governo colonial. O governador provincial fez o balanço da 'contaminação integral' de 'todo o médium maconde' pelas ideias nacionalistas tanganyikanas, sobretudo dos professores missionários. Recomendou a substituição do administrador de Mueda, devido ao seu distanciamento e falta de 'dom para lidar com os nativos'. 63 O governador-geral escreveu um relatório abrangente ao ministro do Ultramar, destacando o potencial divisório do Islã na província e sugerindo uma série de intervenções práticas a serem tomadas, incluindo o estabelecimento de uma presença militar em Mueda e a prisão imediata de 'qualquer Makonde traidor da pátria portuguesa'. 64 Em um relatório de mais de 100 páginas apresentado apenas no início de junho, escrito em prosa caracteristicamente prolixo e repetitivo, Ferraz de Freitas analisou a ameaça de todos os ângulos possíveis. Considerava Vannomba e Tiago agitadores perigosos, mas não tinha certeza se pertenciam ao TMMU ou a organizações rivais. Em ambos os casos, essas organizações devem ser consideradas como 'instrumentos de trabalho do nacionalismo Tanganyikan'. 65 Achou risível a afirmação de Jorge Dias de que o objetivo do TMMU era lutar contra o Islã e levou o antropólogo a fornecer urgentemente mais relatórios para entender melhor os macondes, de modo a aproveitar suas fragilidades. 66 O pedido de devolução ele considerou como parte de 'um

plano ... para a anexação de uma parcela do nosso território'. 67 A existência de tal plano foi confirmada por uma série de pronunciamentos na mídia de Nyerere, Hastings Banda e Kenneth Kaunda. 68 No entanto, outro elemento deve ser levado em consideração. Um informante do posto fronteiriço de Mocímboa do Rovuma relatou uma espécie de 'censo tribal' a nível nacional, realizado em Tanganica sob as ordens de Nyerere e com a cooperação de chefes ao serviço dos britânicos, para apurar quem tinha sido o grande pré-chefes coloniais da região, com o objetivo de restabelecê-los no poder após a independência. 69 Os migrantes que não sabiam nomear um chefe pré-colonial a quem deveriam estar sujeitos, especialmente Makonde, eram encorajados a voltar para casa. Assim, uma tentativa inicial de africanização, totalmente enredada na lógica do governo indireto, poderia ter oferecido uma justificativa mais cínica para a promoção do retorno dos migrantes pela TANU.

Seja qual for o motivo, Ferraz de Freitas concluiu que um retorno coletivo teria consequências desastrosas: desemprego maciço de ex-migrantes que não estavam mais acostumados com a agricultura de subsistência e um 'aumento de atividades subversivas'. E mais agitadores eram de se esperar. Vannomba havia prometido que duas 'mulheres propagandistas' o seguiriam; Tiago disse que mais 11 pessoas estavam preparadas para vir. 70 (2) para isolar os leprosos; (3) dar comida aos pobres e 'alguns centavos' de esmola para que todos fiquem satisfeitos com as boas ações de misericórdia'; (4) para economizar seu dinheiro; (5) cobrar uma taxa de 5 escudos no registo e depois mensalmente; (6) 'expandir a todo o território de Moçambique com o seu principal centro na administração de Mueda'; (7) encorajar os africanos a pagar impostos coloniais; (8) eleger pessoas que visitariam os doentes ou os levariam aos médicos. 72 O líder do grupo, Simon Nshusha, explicou que 1.000 cartões impressos esperavam em Lindi. Seriam vendidos em Mueda e Nangade por 5 xelins cada um a pagar imediatamente e 25 xelins a pagar ao fim de um mês, a cobrar por Clemente Nandang'a.

Emissários

Desconfiado desta 'pseudo-sociedade de caridade', o administrador interrogou os sete um a um. Eles 'tinham declarações idênticas e absolutamente bem estudadas'. 73 Recusaram-se a identificar SAM com TMMU, embora não soubessem explicar claramente em que consistia a diferença, visto que o objectivo era um e o mesmo: o regresso dos Makonde. Faustino viria em breve esclarecer o assunto pessoalmente. O administrador tinha efectivamente recebido uma carta de Vannomba, que pedia licença para regressar a Mueda por um período de dois anos 'para tratar dos nossos assuntos dos Macondes'. 74 O administrador contestou que a assistência aos idosos e doentes seria de pouca importância para os Makonde, uma vez que a primeira era prestada pelos serviços de saúde e a segunda pela família. Os sete responderam que apenas obedeceram às ordens de Vannomba. Enquanto Nshusha se apresentava como líder, o administrador suspeitava que a verdadeira

figura de proa poderia ser Lazima, que parecia "excepcionalmente perspicaz e dotada de grande poder de argumentação" e que afirmava que o objetivo da sociedade era "evitar africanos de todas as raças". dividindo sobre qualquer assunto'. 75 Modesta também se destacou; pelo porte e pela maneira de falar, ela parecia "excepcionalmente preparada para as funções de propaganda subversiva entre as mulheres nativas". 76 O administrador mandou os sete para casa e pediu que reaparecessem no dia seguinte para continuar a conversa. Enquanto isso, ele enviou infiltrados para segui-los.

Os espiões relataram que os sete tiveram uma reunião secreta incendiária naquela noite na aldeia de Mwangi, na qual disseram que a terra era deles e que europeus e índios teriam que partir em breve; que sabiam que Tiago havia sido capturado e eles também seriam, mas não se importavam porque viriam mais; e que nada mais poderia acontecer porque os brancos não podiam mais vencê-los. Setenta pessoas participaram; Modesta estava cercada de mulheres. Mais reuniões foram realizadas na manhã seguinte. Então o dono da loja Juma veio relatar que um enfermeiro tinha encontrado na estrada um grupo de 30 pessoas, que lhe disseram que 'seis suaílis e uma mulher vieram pedir independência e o administrador ia fugir para Mocímboa'. 77 Assim que os sete se apresentaram, o administrador mandou prendê-los e açoitá-los publicamente, os homens recebendo 25 palmat orias e a mulher 15. 78 Eles foram investigados nos dias seguintes, mas nada resultou dos interrogatórios. Os sete insistiram que sua organização não tinha tendências políticas e nenhuma ligação com Tiago, Nyerere ou Nkavandameits, seus únicos motivos eram o desejo de ajudar os pobres e tinha o maior respeito pelo governo português. Todos negaram ter participado de uma reunião noturna, embora Tumianeto tenha divulgado que algumas pessoas de Mwatidi vieram pedir notícias.

A visita e punição do grupo de sete receberam ampla publicidade nas revistas Tanganyikan Mwafrika e Ngurumo, que dedicaram, respectivamente, cinco e dois artigos aos eventos. Os títulos são eloqüentes: 'Cem chicotadas para quem explica uhuru'; 'Sete africanos golpeados com cem chicotadas: por pedir independência'; 'Brutalidade dos portugueses'; 'Disseram os portugueses: ai de quem não obedecer às nossas leis'; 'A greve Makonde contra os portugueses em Moçambique'; 'Má política em Moçambique'. 79 Uma carta ao editor comentava que 'a mentalidade dos portugueses está cem anos atrasada'. Outro sustentava que 'o governo português está podre, totalmente podre'. 80 Um leitor culpou Vannomba e desafiou-o a 'ir apressadamente a Moçambique e defender os nossos anciãos que são prisioneiros perpétuos e levam cem chicotadas.' 81 Entretanto, em Mueda, as imaginações foram acesas. No dia seguinte à visita dos sete, uma enfermeira encontrou um grupo de 30 pessoas reunidas ao longo da estrada, 'à espera da independência'. 82 O governador de Cabo Delgado escreveu uma missiva alarmante ao governador-geral. 83

Códigos e Avisos

No rescaldo da visita dos seus enviados, Vannomba recebeu várias cartas de Moçambique, que demonstram a existência de uma crescente rede política agrupada em torno da sua aldeia natal e da missão de Nangololo. 85 Duas cartas foram enviadas pelo cunhado de Vannomba, Clemente Nandang'a. Foram escritos em Shimakonde e mal traduzidos pelo intérprete oficial, por incompetência ou conivência. 86 O primeiro informou Vannomba da visita e prisão do grupo de sete. A carta terminava com um apelo: 'agora volte imediatamente porque aqui estamos todos presos, porque Kapoka está procurando pessoas que se referem a você, como Naengo, e Dyankali o mesmo, capitão-mor Tomas o mesmo e Sinandile o mesmo'. 87 Kapoka foi o mais infame chefe pró-colonial; Dyankali foi quem recebeu Tiago, e que foi interrogado e preso em consequência. A lista, portanto, identificou um grupo de autoridades nativas que viam Vannomba como uma espécie de líder. 88 A segunda carta relata as consequências da prisão. 'Todos aqueles que foram ouvidos [pelos portugueses] te acusam', adverte Nandang'a. Ele então explica como Modesta foi assediada por policiais nativos, que queriam estuprá-la. A carta conclui descrevendo uma nova resposta colectiva ao castigo físico: 'os Makonde regozijam-se quando são açoitados: Gaspar Vaimba e Romão Gregório regozijaram-se muito quando a açoitamento acabou. Todos os que fizeram contribuições responderam: obrigado'. 89 Em abril, o chefe Ntumbati de Mwatidi enviou uma breve mensagem: 'saudações Faustino o chefe Petili insultou o partido de -5 diante dos meus olhos eu Ntumbati não respondi calei. Essas são as palavras que dou a todos vocês. Mavi 2.' 90 Cinco em Shimakonde é 'tanu': a mensagem, portanto, relata que o chefe Pedro insultou o partido TANU e não era confiável. Dois em Shimakonde é 'mbili', e 'mavimbili' é uma palavra arcaica que significa 'com grande força'. 91 Esta é a evidência escrita mais antiga de inteligência insurgente de base inspirada pelos ideais da TANU em Mueda.

Zacarias Vannomba enviou uma mensagem pedindo ao irmão que não voltasse:

As palavras de Tiago foram muito feias. Porque é preciso saber comer cabrito, dizem os Makonde: 'ensina-nos com bom coração'. Faustino, olha bem esta carta, porque uma carta não assinada enviada da missão de Nangololo a 10 de Junho também aconselhava prudência no discurso: 'Faustino C. Vanomba, digo-te isto: as tuas palavras são como as primeiras, mas o Branco é pesando-os um a um. Sim, estamos sofrendo, mas isso não é nada. Faustino, rogo-te que não apresses como o Tiago. Faça assim sobre o assunto da associação: diga ...'. 94 A carta sugere as proposições a serem apresentadas ao administrador: o financiamento da educação por meio de contribuições coletivas e a gestão governamental da distribuição das carteiras associativas. Em seguida, informa que a associação estava sob vigilância e que o remetente havia sido interrogado três vezes e interrogado por uma freira da missão. 'Eu disse assim: Faustino está fazendo um esforço para que o povo volte de Tanganica, se o governo concordar, para parar de prender, espancar, que os preços das lojas sejam bons e as pessoas que trabalham recebam bons salários'. 95 Um aviso mais pessimista foi dado a Vannomba em Lindi pouco antes de ele cruzar a

fronteira para Moçambique:

Vanomba olha bem, levaram o Tiago para Pemba sem bater nele, carregaram-no com delicadeza, mas dizem que o Tiago foi preso, não o veremos mais é isso, e contigo vão levar-te para Pemba com cuidado é isso, e aqui atrás vão dizer que não vamos mais te ver, ele está preso é isso, considere muito bem irmão mais velho, saudações. 96 A 10 de Junho, Mwafrika informou que Vannomba, 'grande correspondente da Associada [sic] dos Africanos de Moçambique' e Shibiliti 'chefe do TMMU', tinha deixado Lindi de barco com destino a Moçambique. 97 Declararam à imprensa que iriam reunir-se com os moçambicanos, ouvir as suas queixas e comunicá-las ao governador-geral, 'para aconselhar a nossa terra'. O artigo informava ainda que os conterrâneos que assistiram à despedida disseram aos dois 'que era sua obrigação exigir o que os nativos de Moçambique desejam, ou seja, a independência'.

Um Adiamento Craven

Vannomba e Shibiliti chegaram juntos a Mueda no dia 13 de junho, o primeiro em violação de uma ordem expressa do cônsul português, o segundo com salvo-conduto consular que lhe foi concedido enquanto presidente da sucursal de Tanga do TMMU. 98 O administrador estava sob instruções para prender Vannomba na chegada. Mas as coisas tomaram um rumo diferente.

Como Vannomba havia feito em sua primeira visita, os dois se aproximaram do prédio da administração escoltados por mais de 300 pessoas. 99 Foram recebidos pelo chefe do posto Frias enquanto alguém mandava chamar o administrador, que estava em casa. Para Frias, o administrador parecia 'alarmado de ver tanta gente reunida'. 100 E para o administrador, o povo aparecia 'em estado de manifesta comoção'. 101 Garcia Soares conversou brevemente com os dois. Shibiliti disse que veio fixar residência na cidade de Mueda porque se acostumou com a vida na cidade de Tanganica. Vannomba disse que veio para lidar com questões de SAM.

As pessoas continuaram chegando e um sipaio enviado pelo administrador para observar foi expulso. Garcia Soares saiu para falar à multidão, que calculou ser mais de 500 pessoas lideradas por quatro ou cinco figuras de proa. As figuras de proa disseram que vieram ouvir os resultados da conversa com Vannomba e Shibiliti, pois temiam que fossem presos, como o grupo dos sete. O administrador assegurou-lhes que os papéis de Shibiliti estavam em ordem e que iria conversar com Faustino, omitindo a ordem de prisão deste último. Ele julgou que realizar a prisão seria 'impossível naquele momento, sem desencadear uma revolta pura e simples'. 102 Alguém perguntou por que algumas pessoas da família de Vannomba foram presas, referindo-se à recente detenção de Clemente Nandang'a e outros, mantidos sob custódia para interrogatório. O administrador assegurou-lhes que Clemente logo seria libertado. Ele então pediu que a multidão se dispersasse, mas a resposta foi

unânime: mene! Não! Garcia Soares envolveu a multidão no quintal do prédio da administração para o que considerou 'as duas horas mais difíceis da minha carreira administrativa'. 103 Atrás dele estava o oficial designado Manuel Godinho, "para a eventualidade de uma ordem extrema", enquanto o chefe do posto Frias "elaborava telegramas cifrados". 'É difícil', comentou o administrador, 'colocar no papel um diálogo que durou duas horas e no qual foram empregadas aquelas sutilezas e aquelas artimanhas de linguagem que se tem de usar com os nativos'. 104 Duas questões parecem ter estado no centro das conversas: o medo de uma nova prisão e a questão do retorno. Quanto ao primeiro, o administrador observou que o grupo dos sete havia desafiado a soberania portuguesa e merecia ser punido. Alguém respondeu que deveriam ser autorizados a vir de Porto Amália, para contar a história com suas próprias bocas. O administrador respondeu que o governo português não reconsiderou suas justas punições e decisões. Quanto à questão do retorno, o administrador destacou todas as dificuldades, principalmente a probabilidade de fome. As figuras de proa responderam: 'este é um problema nosso, que resolveremos; cada família vai cuidar da sua e o senhor administrador não deve se preocupar com isso'. 105 O administrador brincou que eles poderiam ficar ali, expostos às intempéries; ele precisava almoçar.

Durante o almoço, um prisioneiro escapou do bloco administrativo e juntou-se à multidão, seguido por um sipaio. A torcida queria dar uma surra no sipaio, que foi salvo pelo oficial indigitado Godinho. O administrador voltou a chamar Vannomba e Shibiliti ao edifício e disse-lhes que devia partir para Mocímboa da Praia para dar as boas-vindas ao governador provincial, que por acaso se encontrava de visita àquela vila costeira a cerca de 100 quilómetros de Mueda; ali ele sondaria a opinião do superior. Os dois concordaram e saíram 'com ares de importância' para se dirigir à multidão. Clemente foi solto e todos saíram cantando em direção às lojas. O administrador partiu para Mocímboa, de onde mandou ordem para os sipaios patrulharem Mueda durante toda a noite. Frias tomou a liberdade de revogá-la.

Na manhã de 14 de junho, Vannomba e Shibiliti voltaram ao governo, desta vez acompanhados por mais de 1.000 pessoas. Eles travaram uma longa conversa dentro do prédio, 'não demonstrando nenhum sinal de medo e nem mesmo constrangimento'. 106 Insistiram em que tinham a confiança do cônsul português em Dar, a quem haviam informado sobre muitos membros do TMMU. Quando Frias perguntou seus nomes, 'eles indicaram alguns bastante conhecidos'. Eles discutiram algumas das queixas expostas em reuniões anteriores; Faustino respondeu à maioria das perguntas, 'sabendo contornar todas as dificuldades'. Eles reclamaram novamente dos preços baixos pelos quais as lojas compravam produtos agrícolas, mas foram pegos de surpresa quando o administrador explicou que os preços haviam subido recentemente. No final da conversa, Frias perguntou-lhes o que faziam quando seus campos estavam infestados de ervas daninhas. Eles iriam erradicar as ervas daninhas, responderam. Frias disse que 'o governo português também

removeu as ervas daninhas de seus campos, seja Shibiliti ou Vannomba. Eles responderam que não queriam maconha, embora entendessem muito bem'. A concluir, Garcia Soares disse que o governador se deslocará a Mueda na quinta-feira. Todas as dúvidas devem ser endereçadas a ele em uma reunião pública, à qual deve comparecer 'o maior número possível de pessoas'.

À tarde, Garcia Soares enviou uma missiva alarmada ao governador, explicando que 'pela primeira vez esta administração se encontrava numa situação em que tinha perdido o controlo dos acontecimentos'. 107 Ele então instruiu os sipaios a enviar convites a todas as autoridades nativas, missionários e pessoas "civilizadas" para uma reunião na tarde de quinta-feira, 16 de junho. Frias observou com reprovação o desenrolar dos acontecimentos, notando que 'o administrador estava assustado... Faltou àquele Excelentíssimo Senhor a firmeza e a serenidade necessárias para proceder à prisão de Faustino e Quebrite logo na segunda-feira, tanto mais que as pessoas que os acompanhavam eram relativamente poucas'. 108 O governador provincial informou Lourenço Marques, sugerindo que o 'administrador deveria ser substituído com urgência'. 109

Nuvens de tempestade

Em 15 de junho, Vannomba comungou em Nangololo. Três cartas foram entregues a ele naquele dia. Dois vieram de Simon Matola, o factotum da missão que tinha a seu cargo a venda de cartões SAM. 110 A primeira carta relatava uma conversa que Matola ouvira em português, língua que dominava. Dizia: 'aquele tal maconde, está a importunar o governo português por que motivo? Quem poderia tê-los ensinado? Melhor levar embora os padres holandeses. 111 Os pais seriam afastados em breve, previu Matola, 'por nos ensinarem a ser civilizados', e por isso estavam desanimados. O governador, o administrador, os chefes de toda a província, todos diziam: 'o que se passa com os Makonde? Deixe-os enlouquecer e eles verão. Matola concluiu que 'os brancos, governo de Moçambique, eu Simon Matola acho que vão demorar a aceitar. Pois eles são muito antagônicos'. A segunda carta expunha questões práticas de associação. 112 Matola vendeu 200 cartas mas foi denunciado por três chefes, preso por três dias e colocado para vigiar um campo de algodão. Em seguida, ele forneceu listas de chefes e donos de lojas que se opunham à associação e dos preços que eles aplicavam, possivelmente para que Vannomba não fosse pego novamente desprevenido. A terceira carta partiu de Aleixo Timbanga, outro membro do SAM, que acusou Matola de desvio de fundos. 113 Talvez naquele mesmo dia Shibiliti anotasse em um pequeno pedaço de papel pautado os seis assuntos que pretendia discutir com o governador:

(1) A Sociedade dos Africanos de Moçambique ter uma licença; (2) A prisão do grupo de sete; (3) O sofrimento do povo do país; (4) índios vendendo mal; (5) Recusamos que a China seja quem manda no Governo; (6) Rejeitamos ser agarrados para ir para Mpanga e as fracas

receitas. 114 Enquanto isso, o governo recebia notícias alarmantes. Na tarde de 15 de junho, o comerciante português Manuel da Silva encontrava-se na loja de Omar Camissa em Muatidi. Shibiliti e Vannomba chegaram lá com aproximadamente 60 pessoas. Faustino queixou-se de que os Makonde estavam a ser “roubados por mercadores que lhes pagavam muito pouco pelos seus produtos”. 115 Enquanto isso, Shibiliti disse algo que afligiu profundamente o empregado da loja. Quando eles saíram, o funcionário relatou que Shibiliti havia dito a ele 'para não ficar do lado dos brancos porque eles nem sonhavam com o que estava para acontecer com eles'. 116 Da Silva e o funcionário prestaram depoimento que serviria de base para a prisão de Shibiliti. Então o sipaio Ernesto Shipakaliya veio relatar alguns rumores que tinha ouvido circular entre as pessoas: que a administração estava com medo de lidar com os Makonde, que o recrutamento forçado para a construção de estradas havia sido interrompido por medo e que logo todos os lojistas e ladrões sipaios seriam mortos e substituídos pelos lacaios de Shibiliti. Naquela noite, informou o oficial designado Godinho, Shibiliti teria uma reunião noturna na casa de Kapoka. 117 O administrador implantou os sipaios para proteger a população europeia.

Em boa fé

No momento em que Shibiliti e Vannomba cruzavam a fronteira com Tanganica, Ferraz de Freitas voou para Nairóbi para indagar sobre o TMMU e seus grupos dissidentes. Em trânsito no aeroporto Jan Smuts, observou como os 'portugueses foram os últimos a serem chamados para as formalidades da migração', circunstância que tantas vezes observara que 'acabou por parecer normal'. 118 Então ele voou além do Kilimanjaro 'com seu capacete de neves eternas, brotando das planícies como um gigante'. De Nairóbi seguiu para Dar es Salaam, onde chegou no dia 16 de junho ao meio-dia, no momento em que a multidão se aglomerava no posto administrativo de Mueda.

As conversas com o cônsul de Dar es Salaam, Caetano Martins, esclareceram todas as dúvidas de Ferraz de Freitas. O cônsul explicou que o TMMU surgiu como uma associação funerária e depois foi politizado. O seu fundador, Feliciano Shongo' Lipinde, bem como o seu secretário, Faustino Vannomba, tinham sido expulsos por desvio de fundos. Este último havia transformado a filial de Tanga TMMU em uma organização rival, registrada como Associação Maconde de Tanganica (MAT) com estatutos formalmente aprovados. 119 Desde 1959, ambas as associações tentaram 'exceder o estreito campo tribal', mudando seus nomes para MANU e SAM; nenhuma dessas mudanças foi oficialmente aprovada, mas ambas as associações se comportaram como se tivessem sido. 120 MAT expandiu substancialmente além de Tanga, mas TMMU permaneceu maior e mais influente.

O cônsul considerou o MAT benigno, já que seus estatutos formulavam uma 'proibição severa de exercer qualquer atividade política'. 121 Com efeito, o objectivo da primeira visita de Vannomba a Mueda teria sido o de expor as diferenças entre as duas organizações de

modo a 'evitar que as suas famílias pudessem sofrer com as actividades do nativo Tiago Mulla'. 122 Ferraz de Freitas acreditou na boa-fé do cônsul, mas concluiu ter sido enganado pelas maquinações dos dirigentes do MAT:

Quibrite e Vanomba, dirigentes do MAT, foram os dois principais informantes do cônsul de Dar es Salaam, sendo esta, certamente, a razão da sua relutância em atribuir qualquer significado político à actividade do MAT. O que o Cônsul não percebeu foi que de fato o usaram como instrumento contra o TMMU. Eles forneceram apenas informações a seu favor, relativas às atividades do TMMU. Eles obtiveram a confiança do Cônsul e, a coberto dessa confiança, conduziram as atividades de sua organização com total tranquilidade. Eles almejavam a extinção ou enfraquecimento do TMMU, em favor do MAT. 123 Homem de iniciativa e boa fé, o cônsul encontrava-se numa 'posição muito delicada'. 124 Goês nascido em Tanganica com prósperos interesses econômicos locais, ele estava 'muito cauteloso' com o crescente nacionalismo TANU, 'temendo retaliações do futuro governo africano', caso este soubesse que ele havia 'fornecido informações sobre os movimentos uhuru'. Na verdade, Martins queria receber alta o mais rápido possível. "A sua mentalidade", escreveu Ferraz de Freitas, "é uma mistura do espírito português e do espírito de um homem de cor que faz parte do meio colonial britânico". Ferraz de Freitas recomendou que um cônsul permanente e funcionários dedicados à coleta de informações fossem colocados em seu lugar. Mas tais considerações já eram tardias.

Chuva, granizo e fogo

No início da manhã de 16 de junho, Garcia Soares, acompanhado de Frias, dirigiu-se ao rio Muiriti, perto de Montepuez, para se encontrar com o governador, que estava lá fiscalizando um projeto. O governador expôs a inevitabilidade da prisão de Vannomba e Shibiliti; seu subordinado concordou. Mas o governador também desejou que a detenção fosse feita na ausência do pelotão enviado de Porto Amália, que deveria estar estacionado a 10 quilómetros de Mueda e convocado apenas em caso de necessidade. Segundo Frias, o governador calculou que 'assim que chegasse a Mueda iria vestir-se com todos os seus condecorações' e iria 'falar, como sabia, ao povo' e resolver a situação. 125 Em piores circunstâncias na Madeira, tinha conseguido bons resultados. Em Nairoto, cruzaram-se com o pelotão a caminho de Mueda e saudaram o seu comandante, alferes Silvestre.

Quando os três chegaram a Mueda, pouco antes do meio-dia, foram recebidos por uma multidão de vários milhares de pessoas. Ninguém fez continência ou se levantou quando o carro entrou. A população europeia parecia 'aterrorizada', especialmente os comerciantes que entendiam o idioma local. 126 Juma havia sido ameaçado de ser expulso junto com os europeus e vinha com a arma carregada. Até os missionários pareciam 'alarmados com o número e a disposição' das pessoas. 127 Quando os sipaios apresentavam armas, "grande parte da aglomeração nativa os menosprezava, rindo e zombando". 128 Dentro do prédio, o

administrador preparou os sipaios para a possibilidade de confronto: eles deveriam abrir fogo somente se e quando o oficial designado Godinho disparasse sua arma, primeiro para o ar, depois baixando a pontaria. Um jipe foi preparado para a prisão dos líderes.

Às 14 horas, o administrador chegou à secretaria. Os quatro relatórios disponíveis dão diferentes ênfases ao que se passou nas horas seguintes, reflectindo não só as diferentes posições físicas que os actores ocuparam e o seu sentido de perigo e confusão, mas também a necessidade de desresponsabilização por aquilo que viria a ser considerado um ato administrativo fiasco. Uma comparação próxima das quatro narrativas permite, no entanto, estabelecer uma provável sequência de eventos tal como foram vividos do lado português. 129 Hasteamento da bandeira. Por engano, a bandeira portuguesa foi hasteada enquanto o governador ainda descia do carro. Os homens na multidão não prestaram atenção e as mulheres não aplaudiram. O governador pediu que a cerimônia fosse repetida, dizendo em tom de brincadeira que talvez o povo tivesse esquecido o procedimento. Alguma compostura foi recuperada (muito no relatório do governador, pouco no de Frias), mas muito poucas mulheres bateram palmas e nenhum homem se levantou.

Piadas. Para aliviar a tensão, o governador caminhou entre a multidão, seguido por Frias, contando piadas e dando tapinhas nas crianças. Enquanto isso, ele inspecionou a multidão em busca da possível presença de armas. Ele viu apenas as adagas pequenas que os macondes carregam para onde vão. Ele reorganizou a população para que os suspeitos - as figuras de proa locais identificadas - ficassem na frente. O administrador começou a 'temer as piores consequências'. 130 Revisão. O governador voltou ao pátio para passar em revista os sipaios e saudar as autoridades nativas e a 'população civilizada'. 131 Shibiliti e Vannomba ficaram do lado direito da varanda, 'sem tomar qualquer tipo de atitude'. 132 O governador convidou a aproximar-se quem lhe quisesse falar; alguns sim, incluindo uma mulher. A multidão começou a cercar o prédio; o administrador tentou empurrá-los de volta para os lados.

Chuva. Uma chuva repentina obrigou os transeuntes a se refugiarem sob as árvores e na varanda da administração. Quando a chuva parou, todas as autoridades nativas e sipaios ocuparam a varanda. O governador disse a Frias que ordenasse que o pelotão, estacionado a três quilômetros de distância, se aproximasse.

Discurso. Quando a chuva parou, o governador se dirigiu à multidão em um discurso que permaneceria infame. Falou dos grandes benefícios que em breve trariam para a região: sistema de água, novas estradas, entrega de mercadorias por caminhão, aumento de salários, construção de novas escolas e postos de saúde, abertura de novas lojas e melhores preços dos produtos. O povo mostrou primeiro indiferença, depois ironia e desprezo. O administrador comunicou ao seu superior que a situação parecia terrível.

Segunda chuva. Outra chuva interrompeu o discurso e as gargalhadas.

Conversas. Os dois líderes migrantes foram chamados para uma conversa com o governador: primeiro Shibiliti, depois Vannomba, depois novamente Shibiliti. O governador deu 500 escudos a Shibiliti como recompensa pelos bons serviços prestados ao cônsul, depois pediu-lhe gentilmente que o acompanhasse a Porto Amália. Shibiliti recusou, dizendo que tinha vindo para ficar em Mueda e talvez viajasse mais tarde, e perguntou sobre a libertação do grupo dos sete. O governador disse que eles teriam que ficar presos e Vannomba também seria preso, por voltar sem permissão. Shibiliti 'tomou uma atitude de concordância... que pareceu suspeita'. 133 Então Vannomba foi chamado. Ele se desculpou por desobedecer às ordens, insistiu que era amigo dos portugueses e pediu que Shibiliti, que não tinha culpa, fosse libertado. Para ganhar tempo, o governador chamou mais pessoas e ordenou que o pelotão se aproximasse. Por fim, o governador convocou Shibiliti e disse-lhe que ele também seria preso.

Anúncio. O governador saiu para anunciar as prisões. O intérprete traduziu mal isso como 'o governador não larga Faustino', em vez de 'Faustino tem uma grande briga com o governo'. 134 A multidão explodiu em um grande rugido de protesto. O intérprete fugiu, apavorado, para dentro do prédio, e o padre Alberto de Nangololo repetiu corretamente em Shimakonde o que o governador havia dito. Enquanto as algemas iam sendo colocadas em Faustino, o povo exclamava: 'em vez disso, levem-nos todos embora!' A seção central empurrou e todos gritaram, exigindo a liberdade dos capturados.

Pedras. Uma saraivada de pedras e lama atingiu o prédio da administração. Os funcionários retiraram-se para o alpendre.

Faca e bomba. Um homem se adiantou e atingiu o governador com uma bomba de bicicleta. Outro sacou uma faca e tentou esfaqueá-lo. Manuel Godinho disparou contra o assaltante na cabeça. O governador mandou Frias chamar o pelotão.

Tiros. O tiro foi percebido pelos sipaios como o sinal para abrir fogo primeiro no ar. O povo recuou, aí alguém disse que eles só estavam atirando para cima ou com balas simuladas e a multidão voltou a avançar. O administrador tentou atirar com sua metralhadora, que emperrou. Os sipaios baixaram a mira. Os dois jipes com o pelotão chegaram; Silvestre e seus homens pularam e dispararam as metralhadoras contra as pessoas. Quando Frias chegou, viu mortos e feridos junto ao mastro da bandeira e deu um soco no rosto de 'um índio com uma pedra na mão'. 135 Por causa do 'forte tiroteio', Frias se escondeu na varanda da frente; quando viu a multidão se dispersar, ordenou um cessar-fogo, uma "ordem que tinha de ser gritada para ser ouvida". 136 Enterro. Os relatórios do administrador e do governador referem-se a sete mortos e doze feridos. Os mortos foram enterrados imediatamente. As baixas caíram para três em um telegrama enviado a Lisboa.

Frias não informou um número.

Após o tiroteio, a multidão se dispersou assustada, deixando centenas de bicicletas abandonadas junto aos prédios da administração. Temendo outro ataque, toda a população europeia retirou-se para a residência pessoal do administrador, guardada pelo pelotão. Ninguém dormiu.

Na manhã de 17 de junho, espalhou-se o boato de que um grupo de 1.000 macondes armados estava atravessando o Rovuma, visando uma revolta de toda a população, que estava amplamente armada com carregadores de boca. 137 Só quando o boato se revelou falso e um contingente chegou de Porto Amália é que o governo local começou a fazer um balanço do desastre. Uma grande onda de telegramas e missivas discutia as medidas políticas a serem tomadas para restabelecer a calma e a ordem. Um divisor de águas político havia sido marcado com sangue.

Nascimento de um mito

A imprensa portuguesa noticiou sucintamente os acontecimentos de 16 de junho como um “encontro de nativos perturbados por agitadores estrangeiros”, usando uma frase “expressamente estudada” pelo ministro do Ultramar “para evitar especulações estrangeiras”. 138 O acontecimento foi então silenciado até ao fim da guerra colonial e apenas discutido a contragosto na dispensação democrática.

Do outro lado da divisão política, a notícia se espalhou rapidamente. Os eventos foram apresentados na noite de 16 de junho em uma transmissão soviética em Kiswahili. 139 No dia seguinte, um enviado de Mueda chegou a Lindi trazendo uma carta que foi lida em voz alta em uma reunião pública. Segundo a carta, mais de 500 pessoas morreram porque os portugueses não quiseram conceder a independência, que as pessoas pediram ‘com boas maneiras’. 140 A carta foi então encaminhada para Dar es Salaam para a atenção de Julius Nyerere.

Em seguida, os jornais do TANU noticiaram o incidente, mas com menos ênfase do que tiveram com a punição do grupo dos sete, provavelmente pela dificuldade de obtenção de informações. No dia seguinte ao massacre, Ngurumo publicou um lamento em rima ushairi intitulado ‘Não é a solução para Moçambique’. 141 Em 30 de junho, um repórter de Mwafrika chamado Pangalass deixou Zanzibar para investigar os eventos de Mueda. Notícias de sua missão foram interceptadas pela inteligência portuguesa, mas Pangalass nunca foi detido. 142 Em 13 de agosto, um longo artigo intitulado ‘O pecado de pedir independência? Os portugueses matam trinta e seis em Moçambique’ relatou os acontecimentos da perspectiva de um certo Nambani Chitamba, uma autoridade nativa que estava presente no dia e depois fugiu para Tanganica. 143 Chitamba disse que 36 pessoas foram mortas e 50 ficaram

feridas após o administrador ter dado ordem para disparar contra as pessoas que 'queriam criar uma associação política para reivindicar a independência'. 144 Então o administrador disse a Vannomba 'para fazer suas últimas orações, porque ele iria tirar sua vida'. Vannomba orou e chorou, e suas algemas quebraram três vezes antes de ser levado. 145 A 15 de setembro, a notícia foi noticiada pelo jornal esquerdista *New Age*, com o título 'Outro Sharpeville em Moçambique: 100 africanos mortos a tiros por tropas portuguesas'. 146 O mito de um massacre produzido por uma reivindicação direta de independência, portanto, emergiu em uma esfera pública subalterna constituída por jornais TANU, missionários e autoridades nativas anticoloniais nos meses posteriores aos eventos. Não se deve atribuir demasiada agência a Chipande, a primeira testemunha ocular oficial da Frelimo, que em 1960 não passava de um jovem e inexperiente espectador, e que em 1969 recontou uma versão dos acontecimentos já bem sedimentada, aumentando o número de mortos em apenas uma fração.

silêncio do povo

No final de julho, Shibiliti e Vannomba foram interrogados em Lourenço Marques por Ferraz de Freitas. 147 Vannomba, que foi apontado como o protagonista dos acontecimentos, prestou o depoimento mais longo. 148 O tom era manso: uma retratação sustentada através da qual se percebe uma posição política implícita. Questionado e pressionado, Vannomba expôs as suas principais queixas: o recrutamento de pessoas para trabalhar na fábrica de sisal de Panga, o limite administrativo artificial entre Mueda e Muidumbe, o trabalho forçado, os baixos preços a que o governo comprava produtos agrícolas e reivindicações: a construção de uma cidade em Mueda, a abertura de lojas e mercados, a transferência de sipaios, a abertura de escolas e o regresso dos Makonde. Ele admitiu que talvez tenha se enganado ao enviar o grupo de sete e que não deveria ter cruzado a fronteira, mas estava preso em Lindi esperando a resposta do cônsul e a fome o venceu. Sempre que lhe pediam para prestar contas de suas ações, Vannomba invocava a agência do povo (o povo). Eram as pessoas que o seguiam aonde quer que ele fosse; as pessoas que estavam sempre insatisfeitas; as pessoas que confiavam nele como líder; a 'estupidez do povo' que os fazia pensar que o MAT 'funcionaria como o TANU'; 149 as pessoas que constantemente vinham pedir notícias e exigir reuniões; as pessoas que ficaram irritadas com a prisão do grupo de sete; as pessoas que protestaram contra sua prisão dizendo que preferiam que fossem todos levados para Porto Amália; as pessoas que estavam com raiva e excitadas e atiraram pedras. A associação queria apenas ser o 'porta-voz do povo', 'o representante do povo'. 150 Quem fez o povo surgir, então? 'Se é assim, então foi ele e Shibiliti'. 151 Shibiliti se deteve muito mais na estrutura do MAT e em suas atividades como informante do cônsul. 152 Ele alegou ser o cônsul dos Makonde em Tanga, uma espécie de advogado. Ele disse que o MAT havia sido fundado em 1957 e registrado em março de 1958, perante o TMMU, e que Vannomba e Tangazi ingressaram depois de terem sido expulsos do TMMU. Ele denunciou os autores dos artigos de jornal sobre o grupo dos

sete. Quanto à questão do retorno, ele disse que foi ideia de Vannomba. 'Nada pode ser obtido, ele colocou mãos por pés e pés por mãos'. 153 Shibiliti também invocou o povo, que acompanhou e incitou até o fim. Na hora de ser preso, ele havia sugerido ao governador pelo menos um adiamento: 'Senhor Governador, tem muita gente aqui, lá fora, o Senhor Governador tenta nos levar à força, essa gente pode pensar outra coisa e não pode ser alguma manifestação'. 154 Mas o governador não quis ouvir e o povo atirou tantas pedras 'parecia chuva'.

Nesta conjuntura, onde as vozes dos atores principais devem ser ouvidas, devemos fazer o balanço de um impasse. Não apenas suas intenções permaneceram opacas, abafadas pelo aperto sufocante do interrogador. Quando eles falaram, entregaram sua agência ao próprio sujeito, 'o povo', que constituiria o fundamento do discurso de libertação e cuja voz moldaria a base da narrativa heróica, embora sempre mutante, que se cristalizou no final. da guerra.

Enquanto isso, em Dar es Salaam, Tangazi Makalica foi deixado sozinho para liderar um SAM decapitado e desmoralizado. Aproximou-se novamente do cônsul Martins, tentando esclarecer que a sua associação nada tinha a ver com movimentos nacionalistas e sugerindo a abertura de uma escola portuguesa em Tanga. O cônsul financiou a escola, mas sua confiança foi quebrada: o governo já havia concluído que o SAM era 'uma mera ramificação do TMMU', 'apenas uma fachada para esconder as intenções subversivas de seus líderes'. 155 À medida que o SAM se desintegrava lentamente, o MANU assumiu como o único partido nacionalista, reivindicando como seu a agência por trás dos eventos de Mueda.

Faustino Vannomba foi enviado para o exílio interno em Govuro, onde trabalhou na administração até ao fim da guerra de libertação, "demonstrando um comportamento político e moral exemplar". 156 Shibiliti foi enviado para Inhambane em abril de 1962; em Agosto, num 'lamentável lapso', foi autorizado a regressar a Mueda durante quatro dias antes de ser enviado de volta a Inhambane. 157 Clemente Nandang'a foi encontrado na posse de cartões da Frelimo em 1964 e passou dez anos na prisão, onde iniciou uma comemoração teatral do massacre de Mueda. 158 Tiago foi internado e empregado como carpinteiro na delegacia de Muchope, sendo novamente libertado por engano alguns anos depois. Ele imediatamente desapareceu na Tanzânia, onde foi preso pelo TANU em 1964, possivelmente para impedir sua ascensão dentro do MANU refundado. 159

indeterminações

A ideia de um 'retorno' maciço dos macondes foi um produto direto do momento de abertura política característico da fase de transição do início da década de 1960 e, especificamente, da primeira metade de 1960. 160 Não está claro se Nyerere alguma vez apoiou abertamente os planos para a anexação do norte de Moçambique. 161 Mesmo que fosse mero boato, a perspectiva da independência imediata de um segmento do território

moçambicano sob a liderança carismática de Nyerere agiu como uma força poderosa entre os migrantes moçambicanos, bem como entre os agentes da contrainsurgência. Tiago a defendeu abertamente. Shibiliti e Vannomba nunca o mencionaram explicitamente, mas certamente foram influenciados por ele. O governo português, atento às incertezas territoriais sobre as fronteiras de Moçambique na conferência de Berlim, estava preocupado com a eventualidade de um conflito com a independente Tanganica. Em segundo lugar, a ideia de retorno estava ligada às tensões raciais subjacentes à transição de Tanganyikan para a independência, que eclodiria alguns anos depois na revolução de Zanzibar.¹⁶² Durante décadas, os Makonde sentaram-se nos degraus mais baixos das hierarquias civilizacionais baseadas nos ideais suaíli e depois omanis: eram os piores brutos do interior (washenzi), comedores escarificados de carne profana, bons apenas como guardas noturnos e cortadores de sisal.¹⁶³ Enquanto isso, o TANU estava aparentemente realizando um censo para ressuscitar as autoridades pré-coloniais e expulsar os migrantes. Muitos previram um choque entre o Islã costeiro e o africanismo TANU. O que aconteceria com os macondes presos no meio? O regresso a Moçambique era a rota de fuga mais segura. As tensões raciais entre africanos e indianos, outro componente explosivo da política do leste africano, também desempenharam um papel significativo. A expulsão dos índios foi por vezes mencionada juntamente com a dos europeus. O dono da loja Juma era um informante chave para a administração colonial, bem como alvo do ódio maconde. O cônsul português de Dar es Salaam temia denunciar Vannomba e Shibiliti, para não cair em desgraça assim que TANU assumisse o poder.

Gerados por uma mistura de idealismo do início dos anos 1960 e tensões raciais enraizadas no governo indireto e nas histórias mais antigas do Oceano Índico, os eventos de Mueda também foram fundamentalmente moldados pela divisão de seus protagonistas. Vannomba e Shibiliti atuaram como informantes do cônsul de Portugal, provavelmente de má fé e certamente fornecendo informações irrelevantes. Eles também se opuseram a uma tentativa inicial de renomear TMMU como MANU. Tudo isso indica que os atritos entre as duas facções foram motivados por rivalidades pessoais e desacordos táticos, e não por diferenças de intenção. Foi a possibilidade de anexação de Cabo Delgado a Tanganica e a perspectiva sedutora, embora irrealista, de que o primeiro presidente de uma associação formalmente constituída acabasse por ocupar o cargo de governador que motivaram as traições recíprocas e a corrida ao regresso.

Essas oscilações e incertezas não são acidentais ao evento: elas o constituem como tal. Nenhum confronto público com o governo colonial teria ocorrido sem o pedido ambíguo de retorno; sem a criação de uma associação fragmentada com uma face mais benigna; sem os momentos alternados de mansidão e descaramento; sem as prudentes discussões no gabinete do administrador e as reuniões noturnas, que inflamavam a imaginação das pessoas a ponto de acreditarem que uma independência imediata era de fato possível. Enquanto os líderes migrantes vacilavam, mudavam de curso de ação, traíam uns aos outros

e dissimulavam, os administradores coloniais e oficiais de inteligência ferviam em dúvida. Mesmo os observadores mais perspicazes não conseguiram ver, até o final, a verdadeira intenção de Vannomba e Shibiliti; nem eles (ou nós) puderam determinar com precisão se o SAM/MAT realmente existia como uma sociedade independente e registrada ou se Shibiliti ainda pertencia ao TMMU de alguma forma. 164 Essa dúvida generalizada efetivamente abriu as portas do governo Mueda para negociadores que, de outra forma, teriam sido imediatamente repelidos ou presos. O caos foi necessário para gerar o evento.

Nada disso, é claro, foi exatamente programado. Mas essa indeterminação também não foi exatamente acidental. Resultava de um modo de ação política comum a todos os protagonistas dos acontecimentos de Mueda, que se poderia qualificar de improvisado, espontâneo ou mesmo anarquista. Esse tipo de proto-anarquismo foi radicalmente deslocado pelo partido revolucionário de vanguarda que veio em sua esteira. O massacre de Mueda tornou-o brevemente visível assim que começou a diminuir. Traçar as suas raízes exigiria abandonar os confins do arquivo de informações e analisar as características da sociedade Maconde, estruturalmente acéfala e resistente ao poder centralizado, e da tradição da política associativa da África Oriental - tarefa que está para além do âmbito da Este artigo.

Fazer dessas oscilações e indeterminações a base de uma história revisionista que aniquila os significados utópicos dos acontecimentos de Mueda seria um grave erro interpretativo. O arquivo de inteligência fornece provas abundantes de que o pedido de retorno foi percebido com extrema desconfiança nos bairros coloniais; que as organizações migrantes e seus líderes diferiam em linguagem, temperamento e tática, não em objetivos ou estratégia; que sempre que esses líderes se dirigiam às pessoas em reuniões isoladas, denunciavam a opressão colonial e falavam de independência; que Tiago e Vannomba buscaram um embate com o sistema colonial, abraçando conscientemente a eventualidade da prisão; que uma rede local de insurgência e inteligência estava se agrupando em torno dos líderes migrantes, com o envolvimento direto de anciãos da linhagem, trabalhadores da missão e autoridades nativas; que vínculos com o movimento cooperativista algodoeiro, ainda que tênues, haviam sido estabelecidos; e que o massacre foi resultado de uma virada repressiva na política colonial, bem como de um ato idiossincrático de covardia por parte do administrador de Mueda. O único jogador que confiou fugazmente na boa fé de Vannomba foi o ingênuo (ou astuto) cônsul de Dar es Salaam, e apenas até 21 de maio de 1960. É apenas adotando tal posição de ingenuidade que se poderia argumentar que Vannomba, condenado à prisão antes pisou em território moçambicano, foi fiel servidor da missão civilizadora portuguesa a bem da Nação! 165 A história da 'questão do retorno' deve ser reescrita na narrativa pública do massacre de Mueda, como uma manobra magistral para forçar o governo colonial a um confronto, mas também como uma poderosa metáfora política. Pois pedir verdadeiramente para retornar à sua terra é reivindicá-la como sua. 'Volto porque esta é a minha casa', disse Vannomba, segundo as suas próprias recordações, em

resposta ao questionamento do administrador. 166 Mais uma vez, o arquivo de inteligência tem pouco a oferecer para entender essas camadas metafóricas e os sentimentos que as acompanham. Talvez os vestígios mais fortes que ali deixaram, além de subtextos e alusões em letras mal traduzidas, sejam os objetos materiais. Uma pulseira na qual a palavra uhuru está gravada finamente na lateral, como um talismã. 167 Uma caixa de fósforos kibiriti com a imagem de Julius Nyerere, mão erguida como um santo bizantino, a palavra uhuru brilhando dentro (ver Figura 2). 168

Referências

ANTT/SCCIM 1108, 419–56, Informação ao 13/959 of 21 September 1959, ‘Emigrantes Macondes no Tanganhica’. For reasons of space, I do not discuss here Lázaro Nkavandame and his co-operatives, for which see especially A.M. Gentili and Y. Adam, ‘O movimento Liguilanilu no Planalto de Mueda, 1957–62’, *Estudos Moçambicanos*, 4 (1983), pp. 41–75.

Ibid., 448.

Ibid., 447.

ANTT/SCCIM 1111, 222, ‘Relatório’, 22 June 1960. All quotes in this paragraph come from this source.

ANTT/SCCIM 1109, 292, Matola to Vannomba, 15 June 1960.

A first draft of the article was sent by the governor general to the minister on the evening of 16 June (ANTT/SCCIM 1110, 63, 146 SEC); the minister dictated a revised version on the following day (ibid., 363, 97 SEC), which was published verbatim in *Diário*, 18 June 1960, and *O Sécuro*, 19 June 1960.

SCCIM 1110, 62, 147 SEC, Lourenço Marques to Lisbon, 16 June 1960. The broadcast was intercepted by the administration of Mocimboa da Praia, but we do not know what its content was.

SCCIM 1109, 178, 13/B/5 from the district of Palma to Porto Amélia. The letter was never intercepted: the information was collected orally by an informant.

ANTT/SCCIM 1108, 364, Ngurumo, 364, 17 June 1960.

ANTT/SCCIM 1108, 312–14, Mwafrika, no. 131.

Ibid. The figure of 36 dead is the same as that reported by Matola in a letter to his sons, and

the reckoning of the missionaries. See Israel, 'Mueda Massacre', p. 1177. This is, in my view, the most likely figure for the people who were killed on the spot, excluding the ones who might have died of their wounds later.

This is the first written trace of the enduring and widespread myth of the handcuffs that break thrice. 146 'Another Sharpeville in Mozambique', *New Age*, 15 September 1960.

Processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe', *Arquivo*, 14 (1993), pp. 129–54.

ANTT/SCCIM 1109, 198-224. A first interrogation occurred on the night of 27 June; the longest, on 20 July.

Ibid., 204.

Ibid. 'The technique', notes Ferraz de Freitas, 'is interesting: finding a legal form of infiltration'.

Ibid., 217.

ANTT/SCCIM 1109, 186–97. Shibiliti was interrogated on 22 July, two days after Vannomba,

Ibid., 192. This literally translated phrase means, roughly, 'he wriggled to evade being pinned down'.